

A-AIRR 14640-89.2008.5.18.0005 – Publicação: DEJT 26/11/2010

Agravante: Hsbc Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo

**EMENTA : AGRAVO INTERNO. DECISÃO DO RELATOR QUE DENEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CONTRATO DE APRENDIZAGEM. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO QUE OBJETIVOU O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO LEGAL DE CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES. ART. 429 DA CLT. PERCENTUAL. COTA MÍNIMA. BASE DE CÁLCULO. VIOLAÇÕES LEGAIS NÃO CONFIGURADAS.**

Ao verificar que o recurso de revista interposto pela parte é manifestamente inadmissível, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 896 da CLT, pode o relator, desde logo, negar seguimento ao agravo de instrumento por meio de decisão monocrática, de acordo com o disposto no art. 557, caput, do CPC. Caso em que a sentença de procedência da ação civil pública limitou-se ao comando destinado ao cumprimento, pelo demandado, do disposto no art. 429 da CLT. Decisão do Tribunal Regional que, ao confirmar a sentença de primeiro grau, não ostenta violação aos artigos 428, caput, e § 4.º, e 429, da CLT. **Agravo interno não provido.**

31/05/2011

**HSBC se isenta de indenização por não contratar aprendizes no percentual legal**

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho absolveu o HSBC Bank Brasil S.A. da condenação ao pagamento de R\$ 150 mil por dano moral coletivo por não ter contratado aprendizes no percentual determinado por lei. A decisão reformou acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) que havia fixado o valor por considerar que a não observação do percentual definido no artigo 429 da CLT teria gerado lesão à coletividade.

O pedido de condenação partiu do Ministério Público da 17ª Região em ação civil pública ajuizada na 13ª Vara do Trabalho de Vitória (ES). A sentença fixou a indenização de R\$ 150 mil e determinou que o banco cumprisse o previsto na CLT, que obriga “os estabelecimentos de qualquer natureza a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional”.

O Regional, ao analisar o, recurso entendeu que a atitude do banco de deixar de contratar aprendizes afetou toda a sociedade, e ia de encontro à responsabilidade social da instituição

bancária. Salientou que, ao não cumprir obrigação imposta em lei, “causou angústia e intranquilidade à coletividade”, devendo, portanto, reparar o dano causado. Diante disso, manteve o valor fixado pela Vara do Trabalho.

Ao recorrer ao TST, o HSBC sustentou que o artigo 429 da CLT não é um “comando obrigacional”, e sim uma norma programática, e alegou que mantém outros programas sociais. E defendeu ainda que a condenação por dano moral violou dispositivos legais que exigem a “inequívoca comprovação do dano” para fins de condenação.

O relator do recurso na Quinta Turma, ministro João Batista Brito Pereira, entendeu que a decisão regional merecia ser reformada. **“O ilícito gerado pelo dano moral coletivo que causa imediata repulsa social necessita obrigatoriamente da demonstração do nexo de causalidade entre a conduta empresarial no cumprimento da norma e a lesão que causou à coletividade”**, observou Brito Pereira. **Para o relator, o TRT17 dispensou este requisito e decidiu por presunção de lesão. “O Tribunal Regional afirmou a presença do dano moral coletivo por mera ampliação do conceito de dano moral, no que afastou a necessidade de identificação do dano à comunidade, adotando o conceito de dano moral puro”**, afirmou. Por estes fundamentos, a Turma, por maioria, seguiu o voto do relator. **Ficou vencida a Ministra Kátia Magalhães Arruda.** Processo: [RR-7300-34.2007.5.17.0013](#)

**É preciso ter critérios para contratar aprendizes**

Processo: [RR 64600-68.2006.5.10.0017](#)

**Empresas de segurança e vigilância, que pela própria natureza da atividade exige que seus empregados manuseiem armas de fogo, não devem ser obrigadas a contratar menores aprendizes. Motivo: esse não é o tipo de ambiente adequado à formação de menores.** O tema, inédito no TST, foi discutido pelos ministros que compõem a **8ª Turma**, durante o julgamento de Recurso de Revista proposto pelo Ministério Público do Trabalho da 10ª Região (DF) e pela União. O recurso do MPT não foi conhecido.

A ministra Dora Maria da Costa, relatora do acórdão, manteve a decisão regional. Segundo ela, ainda que o artigo 429 da CLT disponha que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a contratar menores aprendizes, os demais dispositivos que também tratam da matéria demonstram a preocupação do legislador em compatibilizar a exigência prevista no mencionado artigo da CLT com o local e as atividades que serão desenvolvidas pelo menor aprendiz. “É incontestável a importância que foi relegada ao adequado desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz menor de idade na realização das atividades práticas de aprendizagem, ou seja, o aplicador do direito deve nortear-se pelo

afastamento do exercício de atividades inadequadas e em locais que coloquem em risco a saúde do menor aprendiz”, destacou a ministra.

Para a relatora, as empresas de segurança privada, de segurança eletrônica, de cursos de formação e transporte de valores desenvolvem atividades de risco e, conseqüentemente, são ambientes impróprios ao convívio de menores aprendizes. “Nesse contexto, é certo afirmar que não há permissão para, no caso vertente, impor a contratação de menores aprendizes”, concluiu.

O ministro Márcio Eurico Vitral Amaro acompanhou o voto da relatora. Segundo ele, “o convívio com pessoas armadas é prejudicial à formação do menor”. O mesmo entendimento prevaleceu no voto do presidente da 8ª Turma, ministro Carlos Alberto Reis de Paula. Para ele, o menor tem que ser cuidado e educado, e, portanto, deve ser afastado do ambiente em que os empregados devem portar armas. “Quando adulto ele poderá optar, se quiser, pelo serviço de segurança, mas, enquanto menor, não é o local ideal para aprendizado”, disse. Por unanimidade, o recurso não foi conhecido.

### **O caso**

A discussão teve início com o ajuizamento de ação declaratória de inexistência de obrigação pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal (Sindesp/DF), com pedido de tutela antecipada. O sindicato buscava eximir as empresas filiadas da obrigação, imposta pelo artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de ocupar de 5% a 15% dos postos de trabalho com menores aprendizes.

Na petição inicial, o sindicato alegou que as empresas de segurança e vigilância estão sendo ameaçadas de autuação e multas pela Delegacia Regional do Trabalho por não cumprirem a quota exigida por lei. Segundo o representante das empresas, o setor de segurança privada é regido por uma legislação específica (Lei 7.102/83), que impõe restrição de atuação e exige qualificação técnica específica para a contratação de vigilantes.

De acordo com o sindicato, dentre as especificações legais para o exercício da função de vigilante estão a exigência de idade mínima de 21 anos e a aprovação em curso de formação, que inclui o manuseio com armas de fogo e químicas.

Para o Sindesp, o trabalho desenvolvido nas empresas de segurança privada não seria compatível com o instituto do menor aprendiz, e, por isso, propôs a ação em desfavor da União - Ministério do Trabalho, por meio da Delegacia Regional do Trabalho do Distrito Federal - e do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

A 17ª Vara do Trabalho de Brasília (DF), ao julgar o feito, negou o pedido do sindicato. Para o juiz, o argumento utilizado como fundamento do pedido (condições particulares das atividades que envolvem as

empresas de segurança privada) não poderia ser estendido a todas as empresas representadas. “Não há, nos autos, elementos que permitam que se diga, com segurança, que não possam ser desempenhadas atividades, por aprendizes, nessas outras empresas”, destacou o juiz.

O Sindesp recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que reformou a sentença. Para o colegiado regional, “as empresas representadas pelo sindicato não possuem ambiente propício ao convívio de menores aprendizes”. O Ministério Público e a União recorreram, então, ao TST. Em sustentação oral, a representante do MPT argumentou que a lei não exclui qualquer atividade da obrigação de contratar menores aprendizes. Disse que é possível a aprendizagem em ambiente protegido, e que as empresas não são de risco, mas sim a atividade, podendo haver aproveitamento dos menores na área administrativa.

## **Legislação**

O trabalho do aprendiz, também conhecido como contrato especial de trabalho, está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na Lei 10.097/00, na Lei 11.180/05, bem como no Decreto 5.598/05.

A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, e “qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz”.

A CLT tem um capítulo inteiro destinado à proteção do trabalho de menores de idade. Segundo o artigo 428, o contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 24 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

O artigo 429 define que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento cujas funções demandem formação profissional.

O artigo 62 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que a formação técnico-profissional deverá observar e garantir a frequência no ensino regular, o exercício de atividades compatíveis com o desenvolvimento do aprendiz, e obedecer ao horário para o desempenho das tarefas.

**Revista Consultor Jurídico, 28 de junho de 2011.**

**RR 64600-68.2006.5.10.0017 - Publicação: DEJT 19.08.2011**

Relatora: Ministra Dora Maria da Costa

Recorrente: Ministério Público do Trabalho da 10ª Região

Recorrente: União (PGU)

Recorrido: Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal - Sindesp/DF

**EMENTA: A) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. 1. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** Tendo em vista que o debate resume-se a questão puramente jurídica, aplica-se ao caso vertente a orientação insculpida no item III da Súmula 297 do TST (prequestionamento ficto). **2. CONTRATO DE APRENDIZAGEM. MENOR APRENDIZ. EMPRESAS DE VIGILÂNCIA. ATIVIDADE DE RISCO.** Não obstante o artigo 429 da CLT disponha que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a contratar menores aprendizes no percentual de cinco a quinze por cento, os demais dispositivos que também tratam da matéria demonstram a preocupação do legislador em compatibilizar a exigência prevista no mencionado artigo da CLT com o local e a atividades que serão desenvolvidas pelo menor aprendiz. É inconteste a importância que foi relegada ao adequado desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz menor de idade na realização das atividades práticas de aprendizagem, ou seja, o aplicador do direito deve nortear-se pelo afastamento do exercício de atividades inadequadas e em locais que coloquem em risco a saúde do menor aprendiz. As empresas de segurança privada, de segurança eletrônica, de cursos de formação e transporte de valores desenvolvem atividades caracterizadas de forma, irrefutável, como de risco e, conseqüentemente, em ambientes impróprios ao convívio de menores aprendizes. Nesse contexto, é certo afirmar que não há permissão para, no caso vertente, impor a contratação de menores aprendizes. Recurso de revista não conhecido. **B) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA UNIÃO (PGU)** Exame **prejudicado** em face dos fundamentos expendidos na análise do recurso de revista interposto pelo Ministério Público do Trabalho.

**06/12/2011**

**Empresa de segurança é absolvida de multa por não contratar menor aprendiz**

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho não acolheu recurso da União e manteve decisão que liberou a Nordeste Segurança e Transportes de Valores Sergipe Ltda. de cumprir a cota de contratação de menor aprendiz prevista no artigo 429 da CLT. De acordo com a ministra Dora Maria da Costa, relatora recurso da União, empresas de segurança privada desenvolvem atividades consideradas de risco, com “ambiente impróprio para o convívio de

menor aprendiz”.

Com o recurso, a União tentava reformar decisão da Justiça do Trabalho da 20ª Região (SE) que anulou auto de infração lavrado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE, antiga DRT) contra a empresa pela ausência de contratação de menores aprendizes. A multa teve como base o artigo 429 da [CLT](#), que obriga as empresas “de qualquer natureza” a reservar de 5 a 15% de suas vagas de trabalho aos menores aprendizes.

Na ação de anulação do auto de infração ajuizada na Justiça do Trabalho, a Nordeste alegou que as empresas de vigilância privada são regidas por normas específicas e fiscalizadas diretamente pela Polícia Federal, e que a legislação proíbe especificamente o serviço de menores de 21 anos em atividades de vigilância.

Na decisão da Oitava Turma do TST, a ministra Dora levou em consideração, além do artigo 429 da [CLT](#), outros dispositivos legais que protegem o trabalho do menor. Ela citou, por exemplo, o artigo 403, também da [CLT](#), que impede que o trabalho do menor aprendiz seja realizado em locais prejudiciais à sua formação física, psíquica e social. “Os demais dispositivos que tratam da matéria demonstram a preocupação do legislador em compatibilizar a exigência prevista no artigo 429 com o local e as atividades que serão desenvolvidas pelo menor aprendiz”, destacou a relatora.

Com esse entendimento, a Oitava Turma negou provimento, por unanimidade, ao agravo de instrumento da União com o objetivo de trazer ao TST a discussão sobre a decisão desfavorável do TRT de Sergipe. Processo: [AIRR-1033-81.2010.5.20.0005](#)

**RR 9890900-75.2005.5.09.0005 – 3ª Turma – Publicação: DEJT 10.08.2012**

Relator: Min. Flavio Portinho Sirangelo

**Recorrente: BANCO BRADESCO S.A.**

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

**DECISÃO:** , por unanimidade, conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "ação civil pública. direitos e interesses difusos. extensão e alcance dos efeitos da sentença coletiva", por divergência jurisprudencial, e, no mérito, negar-lhe provimento.

**RECURSO DE REVISTA. CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES. TERMO DE REFERÊNCIA FIRMADO ENTRE A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS - FENABAN E O MINISTÉRIO DO TRABALHO. ATO JURÍDICO PERFEITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. 1.** A Corte de origem registra que o termo de referência celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) disciplinou a contratação de aprendizes em percentual inferior ao previsto pelo artigo 429 da

CLT. **2.** Estabelecida a premissa - insuscetível de reexame nesta instância extraordinária - de que a negociação entre a FENABAN e o Ministério do Trabalho foi firmada ao arrepio da disposição legal que rege a matéria, é natural concluir que aquele ajuste, efetivamente, não se consumou segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou, não havendo, portanto, falar em perfeição do ato jurídico. **3.** Em tal contexto, a tese regional no sentido de que a contratação de aprendizes em percentual inferior ao previsto pelo artigo 429 da CLT, não configurou ato jurídico perfeito na medida em que deixou de observá-lo porque um dos requisitos para a sua validação é o estrito respeito da legalidade não viola as disposições do art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, nos moldes exigidos pelo art. 896, c, da CLT. **Revista não conhecida, no tema.**

**COTA APRENDIZAGEM. CRITÉRIO LEGAL PARA CÁLCULO DO NÚMERO DE APRENDIZES.** A tese regional, no sentido de que não há fundamento para a exclusão dos estabelecimentos que contem com menos de sete funcionários do cálculo da cota aprendizagem, não importa em violação direta e literal do § 1º do art. 429 da CLT. **Revista não conhecida, no tema.**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS E INTERESSES DIFUSOS. DISCUSSÃO SOBRE A EXTENSÃO E ALCANCE DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. NECESSÁRIA DISTINÇÃO ENTRE OS LIMITES TERRITORIAIS DA JURISDIÇÃO E O CAMPO DE ABRANGÊNCIA DA DECISÃO JUDICIAL DIRECIONADA À RESOLUÇÃO DE CONFLITO ENVOLVENDO INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS E COLETIVOS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 16 DA Lei 7.347/85 NO CONTEXTO PROCESSUAL NORMATIVO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** Sendo difusos os interesses e direitos debatidos nesta ação civil pública, os limites subjetivos da coisa julgada são erga omnes, consoante estabelecido no artigo 103, I, do Código de Defesa do Consumidor - aplicável à hipótese por força do artigo 21 da Lei de Ação Civil Pública -, extensível, a coisa julgada, ante a indivisibilidade de que se revestem tais direitos, a todo o território nacional. Confirmação da decisão proferida pelo Tribunal Regional. Adoção de elementos da doutrina versando sobre os efeitos da ação coletiva e de precedente recente da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em julgado da sua Corte Especial, ao proclamar que [A] antiga jurisprudência do STJ, segundo a qual "a eficácia erga omnes circunscreve-se aos limites da jurisdição do tribunal competente para julgar o recurso ordinário" (...), em hora mais que ansiada pela sociedade e pela comunidade jurídica, deve ser revista para atender ao real e legítimo propósito das ações coletivas, que é viabilizar um comando judicial célere e uniforme - em atenção à extensão do interesse metaindividual objetivado na lide (Recurso Especial 1243887/PR, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, DJe de 12.12.2011). Precedentes deste Tribunal Superior do Trabalho neste mesmo sentido. **Revista conhecida por divergência jurisprudencial e desprovida, no tema.**

**RR 9892200-66.2005.5.09.0007 – 7ª Turma – Publicação: DEJT 31.08.2012**

Relatora: Ministra Delaíde Miranda Arantes

Recorrente: LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA.

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

**DECISÃO:** , por maioria, conhecer do recurso de revista apenas quanto ao tema "Ação Civil Pública. Sentença. Efeitos. Coisa julgada. Alcance Territorial", por divergência jurisprudencial, e, no mérito, negar-lhe provimento. Vencido o Exmo. Ministro Ives Gandra Martins Filho, que juntará voto divergente.

## **RECURSO DE REVISTA**

**1 - PRELIMINAR DE NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** Hipótese em que o Regional enfrentou todas as questões suscitadas pelas partes, adotando tese explícita a respeito, motivo pelo qual não se vislumbra nulidade do acórdão regional por negativa de prestação jurisdicional. **Recurso de revista não conhecido.**

**2 - CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES. OBRIGATORIEDADE.** Para se acolher a tese proposta nas razões recursais, no sentido de que não havia exercício de funções técnico-profissionais metódicas nos estabelecimentos da ré, faz-se necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório acostado aos autos, procedimento vedado nesta esfera recursal pela Súmula 126 do TST. **Recurso de revista não conhecido.**

**3 - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES.** De acordo com os arts. 273 e 461, § 3.º, do CPC, a antecipação dos efeitos da tutela depende do preenchimento dos seguintes requisitos: prova inequívoca da verossimilhança e fundado receio de dano irreparável ou caracterização do exercício abusivo do direito de defesa. *In casu*, observa-se que tais pressupostos encontram-se presentes. Por um lado, o fato de as instâncias ordinárias terem reconhecido que a empresa demandada não tem cumprido a determinação legal de contratar aprendizes reflete a existência da prova inequívoca da verossimilhança. De outro lado, a ausência de contratação imediata de aprendizes pode prejudicar não só a sociedade como um todo, que tem parte de sua população impedida de adquirir conhecimentos profissionalizantes, como também aqueles adolescentes que ainda se encontram em idade elegível (entre 14 e 24 anos), mas que, em razão do tempo necessário para o trânsito em julgado da ação, têm tolhida a oportunidade de adquirir uma formação técnico-profissional e, por conseguinte, uma melhor colocação no mercado de trabalho, por eventualmente não mais se enquadrarem no conceito de aprendizes, ou seja, ultrapassarem o limite etário de 24 anos. Evidenciado, portanto, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. **Recurso de revista não conhecido.**

**4 - MULTA DIÁRIA. VALOR. PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. SÚMULA 221, I, DO TST.** 1.1. Hipótese em que a recorrente não cuidou de indicar qual dos parágrafos do art. 461 do CPC (único dispositivo invocado nas razões recursais) o acórdão regional teria violado. 1.2. Incidência da Súmula 221, I, desta Corte, segundo a qual A admissibilidade do recurso de revista e de embargos por violação tem como pressuposto a indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição tido como violado. **Recurso de revista não conhecido.**

**5 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SENTENÇA. EFEITOS. COISA JULGADA. ALCANCE TERRITORIAL.** 5.1. A uma primeira vista, a leitura do art. 16 da Lei 7.347/95, com redação dada pela Lei 9.494/97, parece indicar que o legislador ordinário elegeu a competência territorial como o elemento definidor do limite da



eficácia *erga omnes* da sentença proferida em sede de ação civil pública. 5.2. Essa interpretação, todavia, não se mostra a mais consentânea com o instituto da ação coletiva, pois termina por neutralizar os efeitos práticos do julgado ali emanado, além de caminhar na contramão da tendência legislativa de molecularização da tutela jurisdicional. 5.3. Em verdade, o que se depreende da norma em comento é que o legislador ordinário confundiu conceitos distintos: limites subjetivos da coisa julgada (pessoas que submetem ao comando judicial exarado) e competência territorial (espaço geográfico dentro da qual o juiz pode exercer a jurisdição). 5.4. Nesse passo, **os limites subjetivos da coisa julgada devem ser extraídos não do supracitado art. 16, mas sim do art. 103 da Lei 8.078/90 - CDC**, o qual, por força do art. 21 da Lei 7.347/85 - LACP, ajuda a formar o denominado microssistema processual coletivo. 5.5. Assim é que, **nas demandas coletivas, a decisão proferida pode produzir efeitos erga omnes ou ultra partes, a depender do interesse metaindividual lesado**. 5.6. Conclui-se, assim, que **as regras processuais de competência, inclusive aquelas relativas ao seu critério territorial, não tem o condão de restringir a eficácia erga omnes da sentença civil, a qual pode, nos casos em que o dano seja de repercussão regional ou nacional, ultrapassar o foro judicial em que prolatada a decisão, alcançando, portanto, todos os possíveis titulares do direito, onde quer que se encontrem**. 5.7. **Precedentes desta Corte e do STJ**. Recurso de revista conhecido e não provido.

## **Empresa de vigilância é multada por não contratar aprendizes**

**02/05/2013**

A **Prossegur Brasil S.A.** – Transportadora de Valores e Segurança, **autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por não contratar a quantidade devida de aprendizes, não conseguiu se eximir da condenação de aumentar o número de contratados nessa condição**. Os ministros da **Sexta Turma** do Tribunal Superior do Trabalho não se convenceram com o argumento de que a atividade prestada pela empresa poderia oferecer risco de morte aos treinados.

### **Aprendizes**

A empresa de segurança e vigilância ajuizou ação anulatória do auto de infração após ter sido notificada por auditor fiscal do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho pelo descumprimento da previsão legal que obriga os estabelecimentos de qualquer natureza a empregar aprendizes. A empresa, que deveria ter em seus quadros oito empregados nessa condição, contava somente com um.

A contratação dos aprendizes encontra-se regulamentada pelo [Decreto nº 5.598/2005](#), que define os parâmetros dessa relação. O objetivo é a qualificação para o mercado de trabalho por meio do desempenho de tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

O contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar formação técnico-profissional metódica ao maior de 14 e menor de 24 anos que esteja inscrito em programa de aprendizagem. Ao aprendiz, cabe a execução com zelo e diligência das tarefas necessárias a essa formação (artigo 428 da [CLT](#)).

A base de cálculo para se estabelecer o número de aprendizes no âmbito da empresa é de 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional (artigo 429, da [CLT](#)).

## **Risco**

**A Prossegur sustentou ser inviável que um profissional da área de segurança possa interromper a rotina de trabalho, que quase sempre é prestado sob tensão, para se dedicar à instrução do aprendiz, às vezes menor de idade. Explicou, inclusive, que tal conduta exporia a risco o aprendiz, o próprio vigilante e o patrimônio resguardado. Outro argumento utilizado foi o de ausência de cursos de aprendizagem ministrados por entidades legalmente qualificadas em formação específica.**

As alegações da Prossegur não convenceram os desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), que ratificaram a improcedência dos pedidos declarada na sentença da 1ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre (MG). De acordo com o TRT-MG, o objeto da contratação é a formação profissional do aprendiz, já que a intenção do legislador foi a de exigir o comprometimento do setor empresarial na oferta de conhecimentos técnico-profissionais para que aquele possa obter formação profissional que lhe capacite para o ingresso no mercado de trabalho.

Não conformada com a manutenção da decisão que lhe obrigará à contratação de mais sete aprendizes, a Prossegur recorreu ao TST e teve seu recurso de revista analisado pelo ministro Aloysio Corrêa da Veiga, presidente da Sexta Turma.

**Em sua decisão, o relator explicou que, para se estabelecer a base de cálculo do percentual mínimo estipulado para a contratação de aprendizes, a interpretação da norma deverá ser feita em conjunto com as que tratam do direito fundamental à proteção e profissionalização do adolescente e do jovem. Assim, a solução apontada para o caso foi a de que o vínculo de aprendiz deve ser estabelecido considerando-se o limite de idade dos jovens entre 21 e 24 anos de idade, em razão dos riscos envolvidos.**

**Citando o Manual de Aprendizagem editado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego em 2011, o ministro Aloysio Corrêa destacou que, mais que uma obrigação legal, "a aprendizagem é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania, redundando, em última análise, numa melhor produtividade".**

A decisão foi unânime.

Processo: [RR 1888-81.2011.5.03.0075](#)